



PORTARIA Nº 13/2021, de 29 de outubro de 2021

CRIA A COMISSÃO JULGADORA DO EDITAL DE FOMENTO PARA PROJETOS RELACIONADOS À POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DE AÇÕES EM ATHIS.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba – CAU/PB, no uso de suas atribuições, e competências delegadas através da Lei 12.378/2010 de 31 de dezembro de 2010, de acordo com os art. 147, do Regimento Interno CAU/PB, resolve:

Considerando os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

Considerando a missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de “Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos”;

Considerando a independência administrativa de cada CAU/UF e do CAU/BR para determinar seus respectivos projetos e metodologias operacionais dos mesmos;

Considerando a necessidade de cumprimento do EDITAL DE FOMENTO PARA PROJETOS RELACIONADOS À POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DE AÇÕES EM ATHIS para o exercício de 2021, e a necessidade de avaliação das propostas de forma isenta e objetiva, atendendo os parâmetros previstos no edital e seus anexos.

Resolve:

Nomear como membros da Comissão Julgadora do **EDITAL DE FOMENTO PARA PROJETOS RELACIONADOS À POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DE AÇÕES EM ATHIS - EDITAL CAU/PB 03/2021** os Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas:

I – Como membros titulares:

- 1) **Mariane Lourenço Dâmaso**, Arquiteta e Urbanista, convidada pelo CAU/PB;
- 2) **Alessandra Soares de Moura**, Conselheiro Suplente do CAU/PB;
- 3) **Fabiano de Melo Duarte Rocha**, Conselheiro Suplente do CAU/BR (PB) Titular do CAU/PB.

II – Como Suplentes:



- 1) **Daniela Almeida Farias Benício**, Conselheira Titular do CAU/PB;
- 2) **Anneliese Heyden Cabral de Lira**, Conselheira Suplente do CAU/PB;
- 3) **Manoel Brito de Farias Segundo**, Conselheiro Suplente do CAU/PB.

Art. 1º. Compete à Comissão Julgadora:

- I. Conduzir sessões públicas referentes ao Edital;
- II. Processar e julgar as propostas;
- III. Receber e julgar impugnações e recursos;
- IV. Elaborar termos, Editais, convocações e convites aos interessados em participar do Edital;

§ 1º. Para cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá solicitar pronunciamentos ou pareceres de qualquer área técnica especializada ou da jurídica desta Autarquia, ou quando necessário de especialistas contratados.

§ 2º. A elaboração das minutas de editais e contratos será de competência da Assessoria Jurídica, já as providências para a divulgação de instrumentos convocatórios, a posterior formalização dos contratos e o acompanhamento dos mesmos, continuarão fazendo parte das atribuições da Gerência Geral.

Art. 2º. A Comissão Julgadora disporá de auxílio da Secretaria Geral ou de Assistente Administrativo para serviços de expediente, diretamente subordinada à Diretoria.

Art. 3º. A Comissão Julgadora está ligada à Comissão de Organização, Administração, Planejamento e Finanças (COAPFI-CAU/PB), estando submetida aos mesmos regimentos de funcionamento da Comissão.

Art. 4º. O exame e a discussão das propostas dos proponentes serão feitos com base nos critérios definidos no respectivo instrumento convocatório, escolhendo-se o proponente vencedor que tenha atendido em melhores condições às exigências dos mesmos.

Art. 5º. Será emitida uma decisão em forma de parecer conclusivo, assinado por todos os membros da Comissão presentes à reunião de julgamento e de classificação final das propostas.



Art. 6º. Respeitando os princípios consubstanciados na Constituição Federal, os membros devem seguir os princípios abaixo descritos:

- I. Proceder de forma democrática, abrindo espaços de discussão a todos os que participam da convocação, direta ou indiretamente, sempre com transparência, fazendo disso um modelo de gestão;
- II. Assegurar a todos os interessados o direito de receber informações, à exceção dos absolutamente sigilosos na fase que antecede a abertura das propostas, bem como obter certidões para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse;
- III. Observar o princípio do contraditório e do devido processo legal, reavaliando seus atos, sempre que questionados, a fim de que não haja desrespeito a nenhum particular;
- IV. Respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, que não podem ser feridos quando da aplicação da lei;
- V. Resguardar no trato cotidiano, os valores sociais, especialmente a pluralidade, a transparência, a ética e a democracia;
- VI. Praticar a auto responsabilidade como expressão do trabalho livre e produtivo, submetendo a auto avaliação constante;
- VII. Priorizar o acúmulo de informações, visando à formação de um conhecimento sistêmico, promovendo um intercâmbio de informações entre os membros da Comissão;
- VIII. Adotar sempre o caminho menos oneroso para a administração;
- IX. Experimentar sempre o novo em busca da elevação da qualidade, eficiência e produtividade do trabalho, desde que não fira a legislação.

Art. 7º. Os casos omissos serão decididos pela Comissão e caso necessário pela Diretoria do CAU/PB.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data

João Pessoa, Paraíba, 29 de outubro de 2021

EDUARDO NÓBREGA
Presidente do CAU/PB